

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEMA

Às 09 horas e 08 minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e cinco, no município de Lavras/MG, iniciou-se a sexta reunião ordinária do CODEMA de 2025, por chamada de vídeo online. As seguintes entidades representadas por seus conselheiros estavam presentes: Danielly Ribeiro (Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Serviços), Marcia Bianca Ferreira Meireles Saraiva Botelho (Secretaria Municipal de Educação), Denilson Teixeira (Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural), Jaqueline Aparecida Fráguas (Poder Legislativo), Manuel Dias da Silva Neto (CREA/MG), Maelton de Mesquita Siqueira (CREA/MG), Mirene Lopes Moraes (ASSEAL), Paulo Roberto Machado Carvalho (ASSEAL), José Carlos Fidelis da Silva (COPASA), Paulo Renato Costa Santos (Fundação Abraham Kasinski), Kellem Lúcia Costa (OAB/MG), Regis Pereira Venturin (EPAMIG), Claudemir da Silva Santana (Vice-Presidente do CODEMA e representante de Notório Saber), o Presidente do CODEMA, Sr. Adriano Garcia de Souza e eu, escrevente desta ATA, David Martins Gomes Neto, Secretário Executivo do CODEMA. O Presidente do CODEMA cumprimentou a todos os presentes e deu início à reunião. **Participação em**

Reunião (Pontos 01 a 04) – Primeiro – Antonio Pedro Ferreira Júnior, Graziela Botelho de Lima, Kira Malves Maia (Secretaria Municipal de Meio Ambiente); **Segundo** – Bruna Adriana Maria de Paula (Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Itumirim); **Terceiro** – Ivan Lima Borges; **Quarto** – Mateus Felipe da Silva (Matriz Engenharia). **Aprovação**

da ATA (Ponto 05) – Quinto – A ATA da 5ª Reunião Ordinária realizada em 28 de maio de 2025 foi previamente enviada aos Conselheiros. Após discussão no plenário foi deliberado que o conselho aprova a ATA da 5ª Reunião Ordinária do CODEMA de 2025.

Emissão de Alvará para Estabelecimento (Pontos 06 a 18) – Aprovação de pareceres para liberação e funcionamento dos empreendimentos. Sexto – VILLA GADATI EVENTOS LTDA, Rodovia BR-265, Sítio Queixada, Zona Rural, Lavras/MG. **Sétimo** – VAGNER BATISTA DA SILVA, Rua Otacílio Negrão de Lima, 542, Centro, Lavras/MG. **Oitavo** – THIAGO CRUZ RODRIGUES FRANCO, Rua Ametista, 291, Parque das Pedras Preciosas, Lavras/MG. **Nono** - SETAC SERVIÇOS TÉCNICOS E COMÉRCIO LTDA, Rua Doutor Francisco Salles, 170, Centro, Lavras/MG. **Décimo** – MAPP IRRIGAÇÃO E COMÉRCIO, Rua Carlos Roberto Marafelli, 244, Santa Cruz, Lavras/MG. **Décimo Primeiro** – LÍVIA MARIA COELHO SILVA, Rua Saturnino de Pádua, 139, Centro, Lavras/MG. **Décimo Segundo** – IRRIGA LAVRAS, Rua Esmeralda Menicucci Nogueira, 241, Santa Cruz, Lavras/MG. **Décimo Terceiro** – G E G RAÇÕES

LTDA, Av. Paulo Costa Pereira, 479, Vila Paraíso, Lavras/MG. **Décimo Quarto** – FAZENDA GOIABA CAFÉS ESPECIAIS LTDA, Fazenda das Goiabas, S/N, Zona Rural, Lavras/MG. **Décimo Quinto** - FABRÍCIO PEREIRA LTDA, Rua Kennedy Santos, 20, Jardim Bela Vista, Lavras/MG. **Décimo Sexto** – ENGSEG ENGENHARIA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, Rua Comandante Soares, 541, Planalto, Lavras/MG. **Décimo Sétimo** – COLÉGIO LOSANGO DE LAVRAS, Rua Elbert Vilela, 90, Vila Brasília, Lavras/MG. **Décimo Oitavo** – AQUALAR FILTROS E BEBEDOUROS, Rua João Teodoro de Carvalho, 285, Serra Azul, Lavras/MG.

Regularização Ambiental (Pontos 19 a 27) – Décimo Nono – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) – Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento **Petiscaria Multanna**, localizado na Rua Rio Solimões, 386, Novo Água Limpa, Lavras/MG. O Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE encaminha análise técnica do EIV do empreendimento Petiscaria Multanna levando em consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº. 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: *Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto de Vizinhança-EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 e DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento denominado Petiscaria Multanna, em sua revisão 03, datada de junho de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.* Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento Petiscaria Multanna, localizado na Rua Rio Solimões, 386, Novo Água Limpa, Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica do CONSANE. Será encaminhado ofício a Fiscalização de Indústria e Comércio informando a deliberação deste Conselho.

Vigésimo – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) – Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento **JPA MADEIRAS LTDA**, localizado na Rua Dr. Paulo Oliveira Lima, 35, Artur Bernardes, Lavras/MG. O Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE encaminha análise técnica do EIV do empreendimento JPA MADEIRAS LTDA levando em consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado

no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: *Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os pontos mínimos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456, DN 01/2024 e DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento doravante denominado JPA Madeiras, em sua revisão 01, datada de junho de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.* Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento JPA MADEIRAS LTDA, localizado na Rua Dr. Paulo Oliveira Lima, 35, Artur Bernardes, Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica do CONSANE. Será encaminhado ofício a Fiscalização de Indústria e Comércio informando a deliberação deste Conselho. **Vigésimo Primeiro – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) – Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento IRENE 79 LTDA,** localizado na Rua Barão do Rio Branco, 79, Centro, Lavras/MG. O Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE encaminha análise técnica do EIV do empreendimento IRENE 79 LTDA levando em consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: *Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 e DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento doravante denominado Irene 79, em sua revisão 01, datada de junho de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.* Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento IRENE 79 LTDA, localizado na Rua Barão do Rio Branco, 79, Centro, Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica do CONSANE. Será encaminhado ofício a Fiscalização de Indústria e Comércio informando a deliberação deste Conselho. **Vigésimo Segundo – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) – Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento**

103 **ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO DA RENÚNCIA**, localizado na Av.
104 Vereador José Santana, 752, Dona Julieta, Lavras/MG. O Consórcio Regional de
105 Saneamento Básico – CONSANE encaminha análise técnica do EIV do empreendimento
106 **ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO DA RENÚNCIA** levando em consideração as
107 exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº 02, de 05 de
108 setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da
109 Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: *Após análise do*
110 *documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo*
111 *de Impacto de Vizinhaça – EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN*
112 *02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os*
113 *pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto, e*
114 *pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 e DN 02/2024, a*
115 *equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento*
116 *doravante denominado Assembleia de Deus Ministério da Renúncia, em sua revisão 02,*
117 *datada de junho 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.* Após
118 análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de
119 Vizinhaça do empreendimento **ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO DA**
120 **RENÚNCIA**, localizado na Av. Vereador José Santana, 752, Dona Julieta, Lavras/MG,
121 em comum acordo com a análise técnica do CONSANE. Será encaminhado ofício a
122 Fiscalização de Indústria e Comércio informando a deliberação deste Conselho.

123 **Vigésimo Terceiro – Regularização Ambiental – ZPA** – A Secretaria Municipal de
124 Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico acerca da documentação apresentada,
125 requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) do
126 terreno da solicitante Sra. Ana Paula de Pádua, Cadastro nº 5313, situado na Rua
127 Francisco de Andrade, nº 116, Centro, Lavras/MG. A Secretaria Municipal de Meio
128 Ambiente informa que, *considerando a vistoria in loco no dia 12/06/2025 e o relatório*
129 *de vistoria emitido pela Defesa Civil, Relatório nº 34/2025, no levantamento municipal*
130 *das áreas de risco do Plano Municipal de Contingência (PLANCON), refere-se que está*
131 *área está categorizada na modalidade Grau de Probabilidade R1 – Baixo ou sem risco*
132 *para processos de inundação, conforme anexo IV, do mencionado Decreto e Tabela de*
133 *Classificação de Risco Ministério das Chuvas – CPRM. Diante do exposto, a Secretária*
134 *Municipal de Meio Ambiente sugere a regularização do cadastro 5313, devido ao imóvel*
135 *supracitado estar enquadrado na legislação vigente.* Após análise e votação, foi
136 deliberado que o Conselho é favorável ao Parecer Técnico emitido pela Secretaria

Municipal de Meio Ambiente. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Vigésimo Quarto – Regularização Ambiental – ZPA – A** Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) encaminhou Parecer Técnico por meio do Ofício nº 328/2025/SMMA/ags/ldss, referente à solicitação de regularização do imóvel de cadastro nº 1926, situado à Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 143, Centro, de propriedade do Sr. Ivan Lima Borges e outros (CPF: 007.137.496-52). Durante a análise dos documentos protocolados, foi constatada a existência de um curso d'água canalizado na referida localidade. Diante desse fato, a SMMA informou que o imóvel encontra-se inserido em Zona de Proteção Ambiental – ZPA. Conforme conclusão expressa no parecer técnico, não subsistem dúvidas quanto à existência do curso d'água canalizado nos fundos da edificação. Assim, a SMMA manifestou-se contrária à regularização do imóvel, considerando sua inserção em área de proteção ambiental, conforme os elementos técnicos disponíveis. O Conselheiro Sr. Manuel Dias da Silva Neto, representante do CREA/MG e engenheiro responsável pelo empreendimento, manifestou-se na condição de representante do proprietário, Sr. Ivan Lima Borges. Em sua fala, alegou que não é clara a existência de curso d'água na área objeto do pedido de regularização, questionando a conclusão apresentada no parecer técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA). Destacou que o processo de regularização foi conduzido de forma regular, com a devida emissão de alvará de construção e habite-se pela Secretaria Municipal de Regulação Urbana. Ressaltou que, diante da dúvida técnica quanto à presença do curso d'água canalizado, não se poderia penalizar o empreendimento, e que, na ausência de comprovação inequívoca. Por fim, solicitou que o parecer técnico da SMMA não fosse aprovado, defendendo a viabilidade da regularização do imóvel, diante da inexistência de prejuízo ambiental concreto e da controvérsia técnico-fática quanto à caracterização da área como de preservação. Acrescentou que, persistindo dúvidas por parte dos Conselheiros, seria pertinente a constituição de uma Comissão Técnica, designada pelo CODEMA, para realizar vistoria in loco, com o objetivo de avaliar tecnicamente a situação do imóvel e a eventual presença de curso d'água na localidade. O Sr. Presidente esclareceu aos Conselheiros que o Sr. Manuel Dias está se manifestando na condição de responsável técnico do empreendimento objeto da análise. Em sequência, questionou se, na hipótese de confirmação da existência de curso d'água no local, a edificação em questão respeita o afastamento mínimo de 5 (cinco) metros, conforme exigido pela legislação ambiental vigente. O engenheiro Sr. Manuel Dias informou que, na análise realizada pelo empreendedor, não foi efetuada medição específica, uma vez que se

considera tratar-se de canal de drenagem de águas pluviais e não de um curso d'água. Diante disso, o Sr. Presidente esclareceu ao Sr. Manuel que a questão poderia ser tecnicamente dirimida caso fosse constatado o cumprimento da faixa de afastamento mínima exigida. Para tanto, propôs a designação de uma comissão para realizar vistoria in loco, com o objetivo de verificar, preliminarmente, a existência ou não de curso d'água no local, ressaltando que, embora entenda que há fortes indícios de sua presença, não é possível afirmar categoricamente sem a devida análise técnica, sendo essa medida essencial para o adequado encaminhamento da questão. O Conselheiro Sr. Paulo Carvalho manifestou-se informando que, em deliberação anterior deste Conselho, envolvendo dois lotes abaixo da área atualmente em análise. Diante disso, sugeriu que seja resgatada a decisão proferida naquela ocasião, a fim de subsidiar a presente análise e garantir coerência nas deliberações do CODEMA. Após análise e discussão em plenário, foi deliberado pela formação de uma Comissão Técnica composta pelos Conselheiros Sr. Regis Pereira Venturin, Sr. José Carlos Fidelis da Silva, Sra. Danielly Ribeiro, Sr. Paulo Roberto Carvalho e Sr. Paulo Henrique Brito, com a finalidade de realizar vistoria in loco na área objeto do processo, a fim de verificar a existência de curso d'água e o eventual cumprimento da faixa de afastamento mínima exigida pela legislação ambiental. O Conselheiro, Sr. Manuel Dias, por atuar como responsável técnico do empreendimento, se abstém da votação. **Vigésimo Quinto – Regularização Ambiental – ZPA** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico, por meio do Ofício nº 335/2025/SMMA/ags/apfj, acerca da documentação apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) do terreno do solicitante Sr. Wagner Candido Pereira, Cadastro nº 18823, situado na Rua Francisco Eugênio Teixeira, nº 435, Vila Vera Cruz, Lavras/MG. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: *Considerando as informações constantes na documentação apresentada, vistoria in loco e análise de imagens do QGIS-2024, o imóvel é passível de regularização.* Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

Vigésimo Sexto – Intervenção Ambiental – APP – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico por meio do Ofício nº 336/2025/SMMA/ags/ldss, referente aos documentos protocolados para intervenção ambiental em Área de Preservação Permanente – APP no Cadastro de nº 29164, localizado na Rua Comandante Olavo, nº 53, Jardim Floresta, Lavras/MG, de propriedade do Sr. Ricardo Kenedy de

Jesus (CPF: 054.770.616-26). Após análise e votação em plenário, o Conselho manifestou-se de forma favorável ao referido Parecer Técnico, deliberando que o imóvel de cadastro nº 29164 é passível de intervenção em APP, nos termos do Decreto Municipal nº 16.811, de 20 de dezembro de 2022, que regulamenta a Lei Municipal nº 452, de 15 de setembro de 2022, bem como da Deliberação Normativa nº 001, de agosto de 2023. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

Vigésimo Sétimo – Intervenção Ambiental – APP – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico referente aos documentos protocolados para demolição de cômodo em imóvel de Cadastro nº 16318, localizado na Rua Elbert Vilela, nº 1846, Presidente Kennedy, de propriedade da Sra. Sebastiana Vânia de Salles Pereira (CPF: 531.908.076-04). A demolição requerida compreende um cômodo com área de 8,50 m² e trechos de concretagem e, tem como objetivo viabilizar a regularização do imóvel localizado em Zona de Proteção Ambiental (ZPA). Conforme informado pela solicitante, a demolição será realizada de forma manual, sem o uso de máquinas, com intuito de preservar a integridade do curso d'água. A execução ficará sob responsabilidade do Responsável Técnico, Engenheiro Fabrício Silva Batista, com a ART nº MG 20253922143. Assim, diante do exposto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente é favorável à intervenção ambiental no imóvel. Após análise e votação em plenário, o Conselho manifestou-se de forma favorável ao referido Parecer Técnico encaminhado por meio do Ofício nº 302/2025/SMMA/ags/ldss, sendo, portanto, o imóvel passível de intervenção na Área de Preservação Permanente (APP). Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Comissão de Empreendimentos**

(Pontos 28 a 29) – Vigésimo Oitavo – Licenciamento Ambiental – Cumprimento de Condicionantes – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha o Memorando 23/2025/SMMA/acr, referente ao cumprimento das condicionantes do Posto Zé Xica LTDA para apreciação e deliberação deste Conselho. A Fiscal responsável informa que: *Em atendimento à solicitação, via email, de vistoria para averiguação de cumprimento de condicionantes do Licenciamento Ambiental do empreendimento Posto Zexica Ltda, protocolo nº VNHHWHP3YG, informo que foram realizadas vistorias dias 07/03/2025 e 28/03/2025, gerando o Relatório de Fiscalização 15/2025 e a Notificação 15/2025, após não apresentação das condicionantes a seguir: “Relatório fotográfico comprovando que a coleta de resíduos perigosos é feita por empresa terceirizada e demonstrando que o Posto de Gasolina não realiza troca de óleo”. Este relatório foi apresentado após a notificação supramencionada. Não foram constatadas demais irregularidades.* Após

análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao referido Memorando. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho.

Vigésimo Nono – Pedido de Reanálise – IPC – O Sr. Breno Ávila encaminhou solicitação de reanálise do processo IPC nº 1005-24-LVR-IPC, cujo imóvel em questão pertence ao Sr. Leandro Ferreira dos Santos. Para relatoria do caso, foi designado o Conselheiro Sr. Paulo Carvalho, que apresentou parecer técnico acerca da solicitação. Em conclusão, o Sr. Paulo Carvalho cita que: *Em vista das considerações emanadas neste relatório, recomendamos: reconhecer o imóvel em área urbana consolidada a área a partir de 15 metros da margem do curso d'água; não reconhecer a perda da função ambiental da APP na faixa de 15 metros e o baixo impacto ambiental para o cadastro 47851, em função de não atender os critérios estabelecidos na legislação, devendo ser mantida a distância mínima de 15 metros da margem do curso de água. Em função do exposto, recomendamos parcialmente o acatamento do parecer emitido pela Secretaria de Meio Ambiente.* Após análise e discussão do caso, diante de dúvidas quanto à possível ocupação de área verde, o plenário deliberou pela suspensão temporária da tramitação do processo, a fim de que o representante do empreendedor, Sr. Breno Ávila, entre em contato com a Conselheira Sra. Danielly Ribeiro, para esclarecimento da questão. A Conselheira se comprometeu a apresentar as devidas informações na próxima reunião do Conselho.

Extra Pauta (Pontos 30 a 35) - Trigésimo – Regularização Ambiental – ZPA – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico por meio do Ofício nº 340/2025/SMMA/ags/apfj, referente aos documentos protocolados requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental solicitada pelo Sr. Pedro Henrique Machado Andrade (CPF: 112.483.116-98), referente ao terreno de propriedade do Sr. Carlos Antonio Pinto (CPF: 435.000.566-87), Cadastro nº 21385, situado na Rua José Rosa Botelho, nº 163, Vila São Francisco, Lavras/MG. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: Diante do exposto, a Secretária Municipal de Meio Ambiente é favorável a regularização do cadastro 21385, devido ao terreno supracitado estar enquadrado na legislação vigente. Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

Trigésimo Primeiro – Regularização Ambiental – ZPA – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico por meio do Ofício nº 334/2025/SMMA/ags/apfj, acerca da documentação apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) do terreno do solicitante Sr.

273 José Mauro Pinto (CPF: 504.395.456-68), cadastro n° 32058, situado na Rua Tenente
274 João Carvalho Pena, n° 98, Jardim Campestre II, Lavras/MG. A Secretaria Municipal de
275 Meio Ambiente informa que: *Considerando a vistoria in loco no dia 08/04/2025 e o*
276 *relatório de vistoria emitido pela Defesa Civil (Relatório n° 134/2025), no levantamento*
277 *municipal das áreas de risco do Plano Municipal de Contingência (PLANCON), refere-*
278 *se que está área está categorizada na modalidade Grau de Probabilidade R1 – Baixo ou*
279 *sem risco para processos de inundação, conforme anexo IV, do mencionado Decreto e*
280 *Tabela de Classificação de Risco Ministério das Cidades – CPRM. Diante do exposto, a*
281 *Secretaria Municipal de Meio Ambiente sugere a regularização do cadastro n° 32058,*
282 *devido ao imóvel supracitado estar enquadrado na legislação vigente. Após análise e*
283 *votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Parecer Técnico emitido pela*
284 *Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Será encaminhado ofício aos interessados*
285 *informando a deliberação deste Conselho. **Trigésimo Segundo – Intervenção***
286 **Ambiental** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha o Parecer 039/2025,
287 emitido pela Comissão do PROPARG, com análise do pedido de supressão de um ipê
288 amarelo, para deliberação do Conselho. A Comissão do PROPARG informa que: *Após*
289 *vistoria e análise sobre a solicitação de supressão de um (01) indivíduo arbóreo,*
290 *conhecido popularmente por “Ipê amarelo”, localizado na calçada em frente ao imóvel*
291 *do proprietário e solicitante, Sr. Pedro Castro Neto (CPF: 237.284.006-10), situado à*
292 *Rua João Teodoro, n° 55, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Lavras/MG, por se*
293 *apresentar infestado de erva de passarinho e outras epífitas, SUGERIMOS que o pedido*
294 *seja indeferido, devido a inexistência de justificativas técnicas para o corte do mesmo.*
295 Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao referido Parecer Técnico,
296 determinando pelo indeferimento do pedido, visto que não há existência de justificativas
297 técnicas para o corte. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação
298 deste Conselho. **Trigésimo Terceiro – Intervenção Ambiental** – A Secretaria Municipal
299 de Meio Ambiente encaminha Parecer 036/2025 da Comissão do PROPARG, para análise
300 do Conselho. A Comissão do PROPARG informa que: Após vistoria e análise sobre a
301 solicitação de corte de uma (01) árvore, de espécie conhecida popularmente por
302 “Mangueira”, localizada dentro do terreno da proprietária, Sra. Andreiza Gislene Carlota
303 (CPF: 886.726.626-87), situado à Rua Comandante Olavo, n° 53, Bairro Jardim Floresta,
304 Lavras, MG, SUGERIMOS que o pedido seja deferido, com as seguintes condicionantes:
305 1. A aprovação do corte da árvore, esteja condicionada à aprovação de Regularização
306 Ambiental, através da autorização de intervenção ambiental para construção no terreno

(e/ou construção de muro, conforme pedido), por se tratar de Zona de Proteção Ambiental – ZPA; 2. Seja realizado o pagamento de compensação ambiental pelo corte da árvore, conforme Lei nº 4.659/2021, e a autorização para o corte somente seja entregue após a comprovação desse pagamento. Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao referido Parecer Técnico. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Trigésimo Quarto** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminhou o Ofício nº 282/2025/SMMA/ags/kmm, por meio do qual solicita esclarecimentos acerca das análises realizadas por comissões deste Conselho nos Recursos de Segunda Instância. Diante disso, o Sr. Presidente, Adriano Garcia de Souza, orientou os Conselheiros quanto à necessidade de maior rigor na verificação da tempestividade na apresentação dos referidos recursos, destacando que, nas juntas de primeira instância, o mérito não é analisado em casos de intempestividade. O Sr. Presidente ressaltou, ainda, a importância de se padronizar tal conduta também no âmbito do CODEMA, devendo ser observado que, salvo em hipóteses de impropriedade do Auto de Infração ou outras situações nas quais a própria Administração Pública deva reconhecer nulidades de ofício, a análise dos recursos intempestivos deve ser rejeitada preliminarmente. **Trigésimo Quinto** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminhou o Ofício nº 291/2025/SMMA/ags/kmm, por meio do qual solicita retorno ao Ofício nº 065/2025/CODEMA/ags, referente à deliberação tomada na reunião ordinária realizada em 09 de abril de 2025. Na ocasião, os Conselheiros deliberaram pelo envio de solicitação formal ao Hospital Vaz Monteiro, requerendo esclarecimentos e providências a serem adotadas no prazo de 30 (trinta) dias úteis. Em resposta, a Conselheira Sra. Jacqueline Fráguas, representante do Hospital Vaz Monteiro, informou que a instituição já realizou a destoca das árvores, conforme autorizado por este Conselho. Acrescentou, ainda, que será formalizada, nos próximos dias, uma resposta oficial ao referido ofício, para fins de ciência e registro junto ao CODEMA. O Sr. Presidente esclareceu que, diante das informações prestadas pela Conselheira Sra. Jacqueline Fráguas, não se faz necessária qualquer deliberação adicional por parte deste Conselho quanto à supressão das árvores no Hospital Vaz Monteiro. Às 10 horas e 24 minutos, do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e cinco, o Presidente do CODEMA, Sr. Adriano Garcia de Souza, nada mais tendo a tratar, encerrou a quinta reunião ordinária do CODEMA, da qual para constar, eu, Secretário Executivo do CODEMA, lavrei a presente ATA, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Adriano Garcia de Souza
(Presidente do CODEMA)